INFORMAÇÃO E INFORMAÇÕES

Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha
Professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

RESUMO

Conceitua informação enfatizando aspectos da transferência de informação notícia e informação científica e tecnológica. Para essa transferência de informação é necessário suportes que implicam em tecnologia e indústria; isto é, Informa$_f$ quem tem o poder sobre os meios de comunicação (a nível nacional e supra-nacional). A informação é, portanto, um bem ao alcance de alguns (países e indivíduos) que dominam os países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento através de bases de dados, redes e sistemas especializados, canais noticiosos, programas de televisão e propaganda comercial. Aponta a necessidade de criação de políticas de informação, a nível nacional, que exprima o que é desejável e realizável em termos de produção, transferência e acesso a informação.

Descritores: Informação/conceito; Política de informação.

Informação é uma palavra de origem latina, do verbo "informare", que significa dar forma, colocar em forma, criar, mas também representar, construir uma ideia ou uma noção.

Na sua origem etimológica, encontram-se dois sentidos contraditórios: um **estático—** criação ou delimitação do Pensamento/mensagem; outro **dinâmico** - emissão, codificação, transmissão, decodificação e recepção.

O sentido filosófico da informação prende-se numa primeira fase ao idealismo - matéria criada e ativada pelo pensamento, e numa outra, ao materialismo, em que o sujeito e o objeto do pensamento se unem na prática social, resolvendo-se a contradição entre a realidade e a ideia através do Ato.

Em sentido popular, entende-se como informação: todo o esclarecimento que se possa dar a qualquer pessoa sobre o que ela indaga. O conhecimento em qualquer forma através do qual possa ser transferido.

Das conceituações apresentadas, tendo em conta que o fenómeno informativo se define não em função do objeto, mas do fim, pode-se tentar caracterizar duas etapas fundamentais do processo de informar através da evolução das sociedades:

1a. — Informação que ocorre com o próprio homem, enquanto base de acontecimento (sensações, percepções, emoções) 2a. — Informação das relações passivas e ativas do homem

a) com o mundo exterior, baseado na observação empírica (acontecimentos— notícia)
b) com o desenvolvimento, apossamento e dominações dos fenómenos que o rodeiam (informação científica e tecnológica)

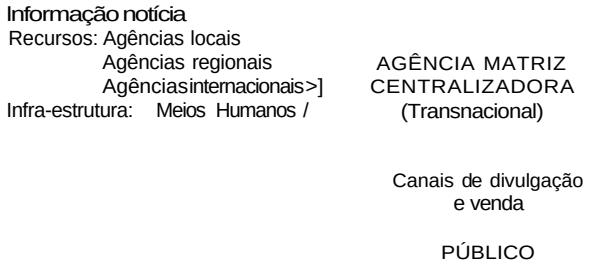
Na 1a., a informação é uma simples comunicação, funcional, entre os indivíduos para assegurar as necessidades da existência e subsistência física. Ela se liga à comunicação e tradição oral. onde o real e o imaginário confundem-se ao estádio comunitário e à transmissão da experiência comum através da consciência coletiva.

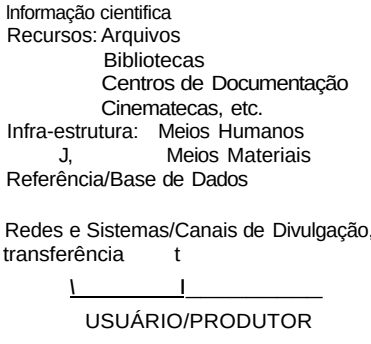
A progressiva passagem das sociedades a uma economia de mercado, a universalização dos sistemas económicos, leva a que a informação se transforme em ação de sentido único — "o monólogo informativo"[1] — isto é: informa quem tem o poder sobre os meios de comunicação (a nível nacional e

supra nacional). A comunidade advém passiva, receptora, assimiladora, massificada por uma "liberdade de escolha pré-fabricada"[2]. Na informação científica o processo é semelhante, só que mais sofisticado, já que a ciência por ser cumulativa e interdependente, torna-se um bem económico, de custos elevados, produzidos por quem mais investe, comprada por quem mais produz.

Esta última etapa e seus dois aspectos serão referidos neste artigo.

É através da transferência que a informação atinge o seu público, mas para tal necessita de todo um aparato que poderemos colocar em esquema paralelo-





Os quadros apresentados mostram que a transferência da informação notícia e da informação científica implicam:

Tecnologia — utilização de telecomunicações, computadores, meios reprogràficos e audiovisuais.

Indústria - produção e distribuição de bens *e* serviços de informação, com objetivos comerciais e lucrativos.

Sendo a indústria e a tecnologia dominadas pêlos países industrializados e desenvolvidos, conclui-se que a informação é um bem ao alcance de alguns (países e indivíduos) que dominam os países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento através de base de dados, redes e sistemas especializados, canais noticiosos, programas de televisão e propaganda comercial.

Um exemplo é a ação das agências noticiosas comerciais AP (Associated Press) UPI (United Press International) responsáveis por 84% das notícias estrangeiras em 29 jornais diários da América Latina, difundindo, apenas 9,9% sobre este continente[2]. Diferente, mas com resultados idênticos, a informação científica sofre a mesma dependência: consultar uma base de dados, comprá-la, atualizá-la, é caro, necessita de equipamento sofisticado, pessoal técnico treinado e é pago em divisa... e há ainda a informação sigilosa (alternativas energéticas, armamento e defesa, etc).

A esta situação está inerente o princípio aprovado nos fins da década de 40 na Conferência sobre liberdade de Informação, realizada de 25 de março a 21 de abril de 1948, em Genebra, sobre os auspícios da UNESCO e a que se chamou "livre fluxo da informação". A situação de real dependência da informação tem vindo a ser denunciada cada vez com mais insistência perante a mesma organização internacional. "As resoluções da Reunião dos Chefes de Estados dos Países Não Alinhados, em setembro de 1973, em Argélia; a reunião dos Chanceleres em Lima, em agosto de 1975, assinalaram um marco político para definir as ações a desenvolver diante da dependência informativa"[3]. O Simpósio realizado em Túnis, sobre esta matéria (26—30 de março 1976), colocou claramente que "a informação está estreitamente vinculada à independência económica, política e cultural dos Países não alinhados e outros países em desenvolvimento, os quais devem impor-se como condição definitiva para obter sua independência, sua liberação no campo informativo"[3].

Assim como no campo económico definiram-se como fundamentais os princípios orientadores da Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados, na Informação torna-se urgente a definição a nível nacional e internacional de uma Nova Ordem Internacional para a Informação.

Vários modelos de política de Informação podem ser observados. Em linhas gerais, pode-se falar em "Liberalismo Americano" dominado pela livre concorrência entre empresas fornecedoras e produtoras de informação, controladoras do governo e dos interesses dos EUA; um "Estatismo Soviético" em que a máquina burocrática do Estado tudo

controla e dirige; um "Controle Moderado" dos países europeus, com uma forte legislação governamental e delimitação de campos específicos de ação para a empresa privada e pública.

A criação de uma política de informação deve exprimir a nível nacional pelo reconhecimento do que é desejável e realizável em termos de produção, transferência e acesso á informação. "Igualmente, exprime-se através da cooperação técnica e profissional entre países e grupos sociais, e do estabelecimento de políticas nacionais de comunicação, inseridas nos conceitos de uma nova ordem informativa internacional e das aspirações de outro desenvolvimento"[3]. Para tal deve-se considerar: recursos, infra-estrutura, necessidades da população, a nível regional nacional e continental. O planejamento e a implantação de redes e sistemas, tanto para a informação notícia como para a informação científica, tem de ser considerada como um todo — segundo figura apresentada por Myriam Gusmão de Martins[4] — só assim se conseguirá atingir um sistema harmónico e realmente apto a dar a cada povo e a cada indivíduo a Informação a que tem direito.

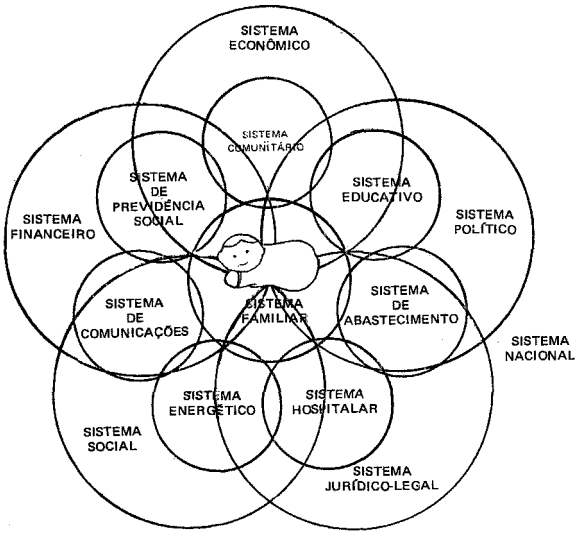


FIGURA 1 - SISTEMAS

Desde que você nasceu que está inserido em sistemas (reprodução de MARTINS, Myriam Gusmão de. Planejamento bibliotecário. São Paulo, Pioneira: Brasília, INL, 1980. p. 14 - Manuais de Estudo)

Para que a Informação se torne um bem social, um direito tão fundamental como a educação, o trabalho e a saúde necessita o compromisso e a conscientização do seu autor principal: o profissional da informação. A ele compete alertar a sociedade de que há Informação e informações, e desmistificar as comunicações e o seu produto — a informação - de forma que elas não mais assumam o conceito de fetiche, dotado de força própria, dominador e criador de imagens, reflexos de verdades fabricadas deliberada ou ingenuamente consumidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 XIFRA-HERAS, J. A informação: análise de uma liberdade frustrada. Rio de Janeiro, EDUSP, 1975. 346 p.

2 GUARESCHI, Pedrinho A. Comunicação & Poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. *2ª* ed. Petrópolis, Vozes, 1981. 92 p.

3 INFORMAÇÃO (A) NA NOVA ORDEM INTERNACIONAL Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980. 291 p. (Col. Educação e Comunicação, 3)

4 MARTINS, Myriam Gusmão de. Planejamento bibliotecário. São Paulo, Pioneira: Brasília, INL, 1980. 166 p. (Manuais de Estudo).

5 ALMEIDA, Mauro. *Comunicação* de Massa no Brasil. Belo Horizonte, Ed. Júpiter, 1971. 144 p.

6 BAGDIKIAN, Ben H. Sociologia da comunicação: máquinas de informar. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975. 420 p.

7 BORDENAVE, Juan Diaz & CARVALHO, Horácio Martins de. Comunicação e planejamento. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. 247 p.

8 CONCEPT (le) D'INFORMATION DANS LA SCIENCE CONTEMPORAINE. Paris, Les Editions de Minuit, 1965. 423 p. (Information et Cybernétique).

9 FERREIRA, José Rincon. Sistemas e Serviços de Informação para Ciência e Tecnologia: a informação on-line. R. bras. Bibliotecon. Doc. São Paulo, 13 (1/2): 7-37, jan./jun. 1980.

10 FISCHER, Heinz-Dietrich & MERRILL, John Calhoun. Comunicação internacional: meios, canais, funções. São Paulo, Cultrix, 1975. 581 p.

11 GARCIA, Maria Lúcia Andrade. Políticas e programas nacionais de informação científica e tecnológica. Ci inf, Brasília, 9 (1/2): 5-39, 1980.

12 LAGE, Nilson. Ideologia *e* técnica da Notícia. Petrópolis, Vozes, 1979. 116 p.

13 MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensão do homem.** São Paulo, Cultrix, 1979. 407 p.

ABSTRACT

Information concept is given placing emphasis upon some aspects of transfer of information news and transfer of scientific and technological information. Means are necessary to this information transfer which demand technology and industry; e. g., provide information who has the power on communication channels (at a national and supra-national level). The information is, however, one benefit in reaching some (countries and persons) which dominate the less or the developing countries through data bases, specialized networks and systems, news channels, television programmes and commercial advertising.

It points out the need of creating information policies, at a national level, which could express what is achievable and desiderable in terms of production, transfer and access to information.